



Mutuário, Figurino e Protagonista: Uma Análise de Conjunto Habitacional Popular¹

Leandro Roberto Neves²

Resumo

Essa Pesquisa aborda as estratégias populares de superação da condição de assistidos pelas políticas públicas habitacionais e também, as estratégias da administração pública da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), para sanar o *déficit* e a inadequação habitacional. No espaço circunscrito pelos conjuntos habitacionais ocorrem produções de subjetividades e representações sociais carregadas de estereótipos e estigmas. Tais representações fomentam uma imagem marginal do lugar, a qual forja na identidade dos mutuários um sentimento negativo, no que tange a sociabilidade do bairro. Os aspectos concretos versus a sociabilidade são os elementos norteadores dos moradores e da CDHU, em classificar em bom ou ruim o conjunto habitacional. Contudo, nesse cenário de tensão, ocorre a produção das trincheiras espaciais simbólicas - antagonismo de interesses entre políticas públicas/população/entorno.

Palavras-chave: políticas públicas habitacionais, representação social, conflito espacial.

Recebimento: 27/08/2007 • Aceite: 19/10/2007

¹ A primeira versão desse texto foi apresentada oralmente no “I Encontro Regional de Representação Social: Teoria e Pesquisa”, realizado na Universidade Federal do Amazonas durante os dias 2 a 4 de maio de 2007.

² Psicólogo, Mestre em “Gestão e Desenvolvimento Regional”, pela Universidade de Taubaté - UNITAU, Professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Roraima - UFRR, Roraima, RR, Brasil, e pesquisador do Grupo de Pesquisa em Subjetividade e Inclusão (GPSI - UFRR) e do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas de Práxis Contemporâneas (NIPPC-UNITAU), Taubaté, SP, Brasil. Universidade Federal de Roraima. Avenida Cap. Ene Garcez, 2413, Aeroporto - Boa Vista/RR. CEP 69304-000. E-mail: leandorneves@ig.com.br.

Residents, Figurane and Protagonist: An analysis of popular housing estate

Abstract

This paper approaches the popular strategies of exceeding the status of assisted by public housing policies and also the strategies of the public management of São Paulo Habitational and Urban Development Company (SPHUD), in order to solve the deficit and the housing problems. In a location surrounded by the housing estates, there are productions of subjectivity and social representations. It stimulates a peripheral image of the place, which creates in the identity of the residents a negative feeling, concerning the sociability of the neighborhood. The concrete aspects versus the sociability are the key elements of the residents of SPHUD, in evaluating whether the housing state is good or bad. Nevertheless, in this stressed scenery, there is the production of “symbolic Spatial Trenches” – antagonism of interests among public policies/ population/environment.

Key-words: public housing policies, social representation, conflict space.

Análise das Políticas Públicas Habitacionais da CDHU

Esse texto apresenta a conclusão de uma pesquisa realizada em conjuntos habitacionais na cidade Taubaté, interior de São Paulo. O objetivo geral configurou-se em investigar e analisar os programas em políticas públicas que se desdobram da relação entre a demanda popular por habitação no Vale do Paraíba (centrada nos conjuntos habitacionais construídos pela CDHU) e as formas assumidas pelas redes de sociabilidade (laços sociais e organização popular) da população assistida pela mesma. Privilegiou-se, a dimensão sócio-espacial pensada na forma das “trincheiras espaciais simbólicas”.

Na realização da pesquisa, buscou-se construir procedimentos metodológicos que respondesse as questões postas nos objetivos específicos:

- identificação da trajetória dos procedimentos administrativos que resultaram na contemplação dos conjuntos habitacionais, pela CDHU;
- .- relacionar os custos financeiros da habitação (definidos no âmbito da política pública) com os custos sociais assumidos pelos sujeitos contemplados com as moradias;
- .- analisar como os mecanismos públicos e populares ordenaram-se e inter-relacionaram na relação entre órgãos públicos, o conjunto habitacional e seu entorno.

Sendo assim, três procedimentos foram elaborados: o primeiro consistiu na utilização dos dados de uma pesquisa aleatória de base territorial³; o segundo procedimento foi a composição de uma amostra estratificada através da técnica de observação direta do local a ser pesquisado; terceiro, aplicação de entrevista gravada semi-estruturada, com escolha aleatória dos sujeitos residentes no conjunto. Para cada bloco do conjunto foi escolhido aleatoriamente um sujeito residente. Como foram definidos, a priori, sete blocos, totalizaram-se sete sujeitos entrevistados.

Após coleta e cruzamento dos dados, realizou-se uma análise discursiva das entrevistas, correlacionadas com os indicadores sociais. O desenvolvimento da conclusão dessa pesquisa, inicialmente retoma as hipóteses geradas pelos objetivos específicos, e estabelece posteriormente as correspondências possíveis com os dados analisados.

³ Essa pesquisa foi realizada pelos alunos do primeiro ano de Arquitetura, coordenada pelo Professor Doutor José Rogério Lopes, para a caracterização da população da área, no terceiro bimestre de 2003.

Procedimentos Administrativos

O primeiro objetivo consistiu na identificação da trajetória dos procedimentos administrativos que resultaram na contemplação dos conjuntos habitacionais. A hipótese gerada pelo mesmo traduz-se na evidência de um condicionamento imposto pela instância estadual à estrutura administrativa das instâncias municipais.

No histórico da CDHU, pôde ser verificado um deslocamento dos vínculos administrativos e de captação de recursos dos órgãos responsáveis pelas políticas públicas de habitação no Estado de São Paulo. A estrutura administrativa da companhia é conduzida pelas mudanças legislativas. Historicamente, ela nasce com a Caixa Estadual de Casas Para o Povo -CECAP no ano de 1949 - autarquia subordinada à Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio (MOURA, 2000), passando por várias secretarias até a criação da CDHU no ano de 1989, sociedade de economia mista, subordinada ao governo estadual.

Os órgãos instituídos entre a criação da CECAP e da CDHU mantiveram-se anexados ao poder executivo estadual e ora captaram recursos federais, ora recursos estaduais, ora recursos internacionais, ora a conjugação dos três – estadual, federal e internacional.

A CDHU, atual órgão estadual de apoio ao governo, tem como objetivo solucionar a carência habitacional no Estado de São Paulo, para tanto criou parcerias com as prefeituras dos municípios solicitantes dos serviços oferecidos pela mesma. Para a concretização dessa parceria, a CDHU exige da prefeitura solicitante, diversos documentos, de acordo com o programa a ser implementado no município.

No caso de Taubaté, há vários conjuntos habitacionais construídos pela Companhia, revelando uma parceria regular entre prefeitura e a CDHU. Como não foram apresentados documentos significativos pelos órgãos público estadual e municipal, não foi possível, nessa pesquisa, apresentar quais foram os documentos exigidos pela CDHU à Prefeitura Municipal de Taubaté. Segundo a CDHU (2000a), nos municípios com mais 200 mil habitantes é implantado o programa Chamamento Empresarial, cuja característica é aproveitar a infra-estrutura do local para a construção das habitações. As habitações são construídas por uma construtora através do processo de licitação. Além do programa Chamamento Empresarial, o município tem a alternativa do programa Empreitada Global, cuja principal característica é a aquisição da área, que pode ser doada pela

Prefeitura, adquirida pela CDHU ou obtida pelo Estado através de desapropriações.

No bairro Esplanada Santa Terezinha, evidencia-se uma parceria entre CDHU e Prefeitura e é possível indagar que esses programas, citados acima, foram implementados naquele local, em função da população do município de Taubaté e do número de habitações construídas no bairro.

Utilizou-se como referência para tal indagação, a análise das entrevistas, na qual estava evidente que a CDHU gerenciou a construção do conjunto habitacional, pois o cadastramento das famílias inscritas, a distribuição das moradias aos contemplados, o financiamento das habitações e da fiscalização do conjunto pós-distribuição, eram efetuados pela CDHU.

A companhia estabeleceu critérios administrativos para os mutuários e para o município. Diante dessa constatação, pode-se afirmar que a hipótese do primeiro objetivo específico foi confirmada, pois a CDHU estabelece as condições para implementação dos conjuntos à Prefeitura e, por sua vez, para os municípios contemplados. Essa constatação pode ser verificada mesmo sem a análise dos documentos exigidos pela CDHU à Prefeitura.

Custos Financeiros

O segundo objetivo específico consistia em relacionar os custos financeiros da habitação com os custos sociais assumidos pelos sujeitos contemplados com as moradias. A hipótese levantada por tal objetivo é a de que, muitas vezes, os sujeitos contemplados não conseguem arcar com os custos econômicos da habitação, ocorrendo uma pauperização social do lugar que engendra um custo social, explicitado na sujeição dos contemplados em morar em um lugar circunscrito pelas trincheiras espaciais simbólicas.

O valor econômico das habitações construídas pela CDHU (CDHU,2002a) atingia a quantia média de 15 mil reais. Esse investimento da CDHU retorna para a companhia através das parcelas pagas pelos mutuários. Há um ciclo financeiro criado pela companhia, podendo ser definido da seguinte forma: primeiro, o orçamento da obra; segundo, a divisão dos gastos entre Prefeitura/CDHU e, terceiro, o repasse da verba estadual para a instância municipal.

A instância pública estadual gesta as habitações e, com a arrecadação financeira das parcelas, somada com o repasse do PLANHAB (Plano Nacional de Habitação) e a verba do BID (Banco Internacional de Desenvolvimento), adquire os recursos para formar

uma reserva que possibilita uma rotatividade do investimento em habitação.

Isso significa que a política pública habitacional, implantada pela CDHU, tem um caráter econômico, pois o custo econômico da habitação é repassado para o mutuário, através do financiamento. Contudo, se esse procedimento da companhia garante o círculo financeiro do investimento, ela somente oferece seus produtos para quem tem renda, excluindo a população sem renda.

Esse processo de exclusão impõe-se também aos contemplados pelo programa, pois nas entrevistas não foi evidenciado uma política da CDHU para a pós-ocupação, o que deveria ser realizado, visto que um dos aspectos do objetivo específico da Companhia, descrito em seu estatuto, é um gerenciamento das habitações, pós-ocupação.

Em contrapartida, os assistidos nas entrevistas relataram a demora para receber a habitação, a limitação do espaço interno da mesma e a dificuldade em criar vínculos de sociabilidade. A análise desses aspectos indicou um anacronismo das políticas públicas habitacionais e a vivência da segregação espacial gerada pela mesma.

A população do conjunto habitacional, predominantemente, encontra-se na faixa de 1 a 5 salários mínimos, permitindo constatar que os gastos com a mensalidade das prestações da habitação, com a infra-estrutura, com alimentação, transporte e etc. comprometem a renda total dos assistidos. Pouco ou nada sobra da renda mensal familiar para a reforma ou ampliação da moradia, visto que, a melhora da habitação foi apontada, pelos entrevistados, como uma necessidade urgente. Tal necessidade, oriunda das limitações espaciais e precárias da habitação, explicitou a ausência dos padrões mínimos de habitabilidade da sociedade urbana, provocada pela CDHU.

Assim, a dimensão da moradia de 40 m², a construção geminada, a qualidade dos materiais, a falta de acabamento e o precário isolamento das paredes, são os aspectos elencados pelos sujeitos pesquisados como os causadores da ausência da privacidade e da ausência de comodidade da família na habitação.

Outra problemática, decorrente dessa condição, é a formação dos bolsões de pobreza no interior do conjunto, formados pela degradação paulatina das moradias. Algumas famílias, por estarem na condição de excluídas desnecessárias na sociedade (LESBAUPIN, 2000), não conseguem arcar com os custos econômicos da sobrevivência e, portanto, não realizam melhorias nas habitações.

O desgaste constante do uso da moradia e as estratégias de acomodação dessas famílias configuraram no local uma degradação da

edificação e uma pauperização social (KOWARICK, 1988). Esse status social, estendido a um conjunto de habitações, compõe os bolsões de pobreza no interior do conjunto habitacional.

Nesse cenário, a condição dos assistidos está interligada com o status social da pobreza desqualificante (PAUGAM, 1991a) e a sujeição dos contemplados, em morar em um lugar estigmatizado, traduz-se em um custo social aos mesmos.

Contudo, a delimitação espacial da moradia, a delimitação espacial da área do conjunto e a condição de pobreza dos assistidos, são embriões de uma imagem marginal⁴ da totalidade do conjunto habitacional. Tal imagem é fomentada pelas representações⁵ internas dos sujeitos residentes e pelas representações dos visitantes.

Visivelmente, as moradias produzidas pelas instâncias públicas diferenciam das não públicas, há uma separação real do lugar e é na intercessão dessas edificações diferentes, que a imagem do conjunto consolida-se, como uma imagem marginal. Em um lado, há um contingente de habitações padronizadas, residem pessoas assistidas pelo poder público. No outro lado, há as habitações heterogêneas, onde a condição social dos moradores corresponde ao ideário de urbanidade moderno.

As trincheiras espaciais simbólicas

Na divisão objetiva – real e visível – e subjetiva – o conjunto fomenta uma imagem própria das áreas em antagonismo – que as trincheiras espaciais simbólicas aparecem como elemento social do bairro. Tal elemento condensa a segregação espacial, o preconceito e a desqualificação social, reproduzidas no comportamento dos moradores quando pegam um ônibus, quando procuram emprego, quando classificam o bairro, no contato com os vizinhos, entre outras situações.

As trincheiras espaciais simbólicas podem ser entendidas como um elemento social (SANTOS, 1988) intermediário entre as funções de *convencionalidade* e *prescrição* no processo subjetivo da representação social. Os moradores do conjunto e do seu entorno ao depararem com a edificação pauperizada, com a organização social,

⁴ Marginal “[...] é referente a margem. Que está à margem. De importância secundária ou de rendimento precário [...]” (MACHADO, S/D, p.447).

⁵ Segundo Moscovici “ [...] as representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos. Elas ocupam, com efeito, uma posição curiosa em algum ponto entre conceitos, que têm como seu objetivo abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzam o mundo de uma forma significativa [...]” (2004, p. 46).

com os vínculos de sociabilidade e com a condição de assistência dos mutuários, construíram subjetivamente uma representação do lugar e das pessoas.

No processo de construção a *convencionalidade* determina a categorização do que está sendo percebido, assim “[...]gradualmente os colocam como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas [...]” (MOSCOVICI, 2004, p.34). Contudo, esse modelo produzido socialmente e partilhado pelo grupo, obscurece a percepção das pessoas, o que elas percebem são cisões entre um contexto espacial e outro, entre os tipos de relação de um lugar e do outro.

Nós pensamos através da linguagem; nós organizamos nossos pensamentos, de acordo com um sistema que está condicionado, tanto por nossas representações, como por nossa cultura. Nós vemos apenas o que as convenções subjacentes nos permitem ver e nós permanecemos inconscientes dessas convenções (MOSCOVICI, 2004, p.35).

Tais cisões possibilitaram a elaboração da acepção das trincheiras, pois as representações dos investigados encontram se divididas por barreiras imaginárias, a qual sofre tensão dos dois lados, como se fosse uma guerra. E como em toda guerra existe os dois lados, os quais têm propósitos e objetivos antagônicos, a construção das trincheiras no campo de batalha, objetiva uma demarcação do lugar e uma explicitação do conflito, sintetiza simbolicamente e materialmente, os interesses particulares dos soldados e do grupo que representam.

No cenário dos conjuntos habitacionais as trincheiras espaciais simbólicas, analogamente ao conflito no campo de batalha, dividem de um lado o **poder ser igual** (ter as mesmas condições sócio-econômicas e cultural) e do outro **a realidade como ela é**, nesse conflito se torna mais apropriado as pessoas construir e alimentar as trincheiras, do que desvencilhar as amarras da realidade.

Isso se explica pela força da prescrição da representação, “[...] essa força é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado [...]” (MOSCOVICI, 2004, p.34). A *prescrição* com a *convenção* determina a forma de pensar dos sujeitos, obscurecendo a realidade e tornando, o não compreendido, em rótulos imbuídos com estigmas e preconceitos (CROCHIK, 1995). O conjunto desses rótulos denotam as trincheiras espaciais simbólicas.

Portanto, as trincheiras espaciais simbólicas produzem-se no processo de representação social da política pública habitacional, aqui efetivado pelo programa da CDHU, reproduzindo-se no comportamento dos assistidos e estendendo-se ao entorno.

A conclusão acima imbrica-se com as premissas impostas pela terceira hipótese, salientada na combinação das referências entre as ações do órgão público, a configuração do conjunto habitacional, e as relações que a população estabelece com seu entorno, explicitando organizações funcionais distintas, assim como jogos conflituosos de interesses gerados pela sua interseção.

A fim de uma melhor compreensão dessa hipótese, primeiramente cabe uma sucinta explicação do seu enunciado.

Por combinação das referências entre as ações dos órgãos públicos, está subentendida a efetivação dos programas públicos de habitação com o objetivo de suprir a demanda. O resultado concreto das ações permitiu a análise dos indicadores sociais levantados nas mesmas. E, também, a definição de critérios classificatórios das habitações populares – déficit e inadequação habitacional – segundo o Fórum São Paulo século XXI (ASSEMBLÉIA, 2000).

A configuração dos conjuntos habitacionais está diretamente relacionada com os programas criados pelas instâncias públicas, em que há a definição da tipologia da habitação, área, material, município e número de habitações. O agrupamento desses dados forma o programa, que, por sua vez, sofre alterações de acordo com a negociação entre a instância pública municipal e estadual. O tipo do programa determina a tipologia do conjunto. No Esplanada Santa Terezinha, existe uma padronização das habitações: dimensão, acabamento, pintura, distribuição, horizontalidade. A tipologia do programa configura o conjunto como um todo.

Existem, no conjunto, tipos de relações sociais endógenas e exógenas. A população moradora do conjunto relaciona-se cotidianamente entre si e com o entorno, essas relações sofrem os efeitos das estratégias de acomodação da população pesquisada. Os moradores assistidos desenvolvem estratégias de superação, através da incorporação de um status diferenciado. Os moradores das habitações não populares percebem o conjunto como um estorvo, um amontoado de pobres na mesma área, cuja instalação no conjunto, contribuiu para a divulgação de uma imagem marginal do bairro.

O bairro fica nitidamente rotulado em “casinhas da prefeitura e da CDHU”, casas dos comerciários e casas não populares, próximas ao clube do SESC, e cada qual explicita um status social gerado pela

classificação sobre a percepção da conduta moral dos moradores e pelos aspectos concretos implantados no bairro.

A condição moral é determinada pela condição de assistência e os aspectos concretos são determinados pela necessidade produtiva urbana. O programa de política pública habitacional, implantado naquela área, atende aos critérios de urbanidade da modernidade. Isso significa que a tipologia das edificações atende à relação custo/benefício – a padronização em casas geminadas é uma alternativa de aproveitamento do espaço – e realça a estética desse período, criando uma rede de estabelecimentos ou serviços urbanos – infra-estrutura, escola, creche, posto de saúde, comércios variados e localização da área no município. Essa rede de estabelecimentos urbanos, que aqui está sendo denominada de necessidades produtivas da modernidade, influenciou a percepção dos moradores sobre o bairro.

Essa argumentação pode ser percebida nos indicadores levantados, em que 76% da população entrevistada acha o bairro bom para morar, sem nenhuma reclamação. As justificativas para o bairro ser bom encontram-se assim distribuídas: 24% devido à infra-estrutura existente no bairro, 35% devido aos serviços urbanos, 2% devido às ações públicas, 5% não souberam responder e 11% apontaram diversas coisas.

Assim, existe uma dicotomia na forma de classificação do bairro, como enunciada acima, que se traduz em aspectos da sociabilidade e aspectos concretos do bairro. A contradição na percepção dos moradores aparece na imagem do bairro, porque ora utilizam como referência os estabelecimentos urbanos – o bairro é bom –, ora utilizam os aspectos ligados à sociabilidade, portanto o bairro não é bom.

Nesse sentido, a contradição instalada denuncia uma forma de classificação do espaço reproduzida socialmente. A sociabilidade é aspecto secundário, atualmente, para referenciar o espaço.

O dado substancial do conjunto Esplanada, adjunto desse mecanismo social, é que os laços de vizinhança no conjunto são fragilizados e tensionados pelos aspectos ligados à tipologia da edificação do conjunto e à condição de assistência. O bairro passa a não ser bom, não porque as pessoas não se encontram, não se falam, se enclausuram nas casas por motivos diversos, mas pela fragilidade das relações estabelecidas, comprometidas em função do rótulo estereotipado propagado no conjunto.

A seguinte correlação linear permeia as relações dos moradores: nas habitações dos conjuntos populares moram pessoas assistidas, em função da pobreza; como na área há um conjunto de pobres, esse formaria um quadro de pobreza generalizado, que funcionaria como um depósito de marginalidade. A “culpa” da alocação dos assistidos, naquela área, caberia aos órgãos públicos municipal e estadual.

Os moradores apropriam-se dessa argumentação para criticar os órgãos públicos, mas tal argumentação superficial revela a condição de comodismo (HELLER, 1979) em que se encontram, visto que não percebem: que as casas construídas por aquele programa habitacional estão dentro dos critérios da inadequação habitacional; que a política de assistência pós - construção para reforma ou ampliação da casa, não foi efetivada – os moradores desconhecem essa política – existe uma letargia na construção das habitações, tornando o programa anacrônico em relação à demanda real.

Portanto, a crítica dos moradores não tem consistência, mas fica evidente um jogo conflituoso entre órgão público/conjunto habitacional/entorno.

Mutuário, Figurino e Protagonista

Até aqui, buscou-se explicitar uma argumentação dos resultados correlacionados diretamente com as hipóteses emergidas nos objetivos específicos. A priori, a argumentação foi exposta separadamente para uma melhor compreensão dos resultados encontrados na análise dos dados da pesquisa. Porém, as hipóteses estão interligadas, assim como a análise dos resultados. Segue, agora, buscando complementar essa conclusão, uma panorâmica geral dos resultados.

Nessa pesquisa, focou-se uma análise no programa de habitação popular centrado na CDHU, efetivado em um bairro da periferia da cidade de Taubaté, e os aspectos da sociabilidade gerados pelos moradores do conjunto pesquisado.

Verificou-se que a política pública de habitação desenvolvida na CDHU no período 1995-2000 atingiu os seguintes índices: no Vale do Paraíba 3,38% da população foi contemplada pelo programa; Taubaté atingiu 3,91% da população. O índice de contemplação superou o do Vale do Paraíba.

Contudo, percebeu-se que as inscrições foram feitas no período de 1996-2000. No Vale do Paraíba, houve 37.388 inscrições familiares para obtenção de moradias populares e um saldo de 30.872 moradias

construídas, atingindo a porcentagem de 82,57% de assistidos e 17,43% de não assistidos, ou seja, 6516 famílias inscritas ficaram sem a contemplação do financiamento.

Taubaté teve 6.795 inscritos com o saldo das moradias de 4.943, perfazendo um total de 72,74% de assistidos e 27,26% de não assistidos, que é igual a 1.852 famílias sem habitação própria.

Relacionando os dados, no Vale do Paraíba, temos um índice de 15.237 casas construídas, o que, multiplicado pela média familiar de 4,3 pessoas apurada pelo IBGE (2000), é igual a 65.519,1 pessoas assistidas pelos programas de habitações populares da CDHU, ou seja, 3,38% da população do Vale. Em outro documento, segundo a CDHU (2000b), 30.872 moradias foram construídas no Vale do Paraíba, o que corresponde a 132.749,6 (30.872 x 4,3) pessoas assistidas pelos programas, ou seja, 6,8% (132.749,6 x 100/ 1.936.950 população do Vale do Paraíba) da população do Vale. Houve um aumento de 3% da população assistida.

Esse aumento pode estar ligado à priorização da política pública de habitação em alguns municípios, solicitantes dos programas da CDHU; à agilidade do órgão público municipal no fornecimento da documentação exigida pela CDHU; à agilidade administrativa da própria CDHU; ou ao fato de, a política habitacional assumir uma centralidade nos programas estaduais de políticas públicas, ou, ainda, esse aumento, pode ter ocorrido pelo fornecimento de duas tabelas divergentes fornecidas pelo órgão estadual, indicando um descuido do mesmo, quanto à padronização dos resultados da companhia.

Em Taubaté, utilizando-se os mesmos critérios temos, dados 1, 2.224 moradias construídas correspondem a 3,91% da população (2.224 x 4,3 média familiar/ 244.107 população total da cidade que é igual a 3,91%). Nos dados 2, multiplicando o saldo de 4.943 moradias construídas x a média familiar de 4,3, obteve-se o total de 21.254,9 pessoas assistidas pela CDHU no município. O que corresponde a 8,7% da população de Taubaté. Houve um aumento de 4,79% da população assistida no mesmo período.

Esse aumento pode estar ligado à melhor fluidez administrativa na parceria municipal/estadual, agilidade do município na entrega da documentação exigida pela Companhia, à eficiência na efetivação do programa no município ou apenas à incompatibilidade de dados fornecidos pela CDHU.

Algumas variáveis podem estar correlacionadas com a defasagem dos índices acima, como:

- captação do investimento do Vale do Paraíba e da cidade de Taubaté;
- política interna de investimento no município;
- arrecadação dos municípios;
- prioridade das políticas públicas municipal e estadual;
- correlação das demandas municipal x estadual pela habitação popular.

Como as entrevistas com os gestores públicos municipais e estaduais não foram realizadas, o pesquisador ficou impossibilitado de identificar os indicadores públicos causadores da discrepância dos índices acima. O mesmo, em função dessa limitação, centrou a análise nos temas elucidados pelos entrevistados, que explicitaram as tensões sociais produzidas na relação órgão público/conjunto habitacional popular/entorno.

O índice do déficit habitacional e da inadequação habitacional no Estado de São Paulo atinge 31,1% das moradias (ASSEMBLÉIA, 2000), no Vale do Paraíba há uma redução para 22,2%, sendo 4,6% déficit habitacional e 17,6% da inadequação habitacional (Idem). Esses indicadores são importantes, pois mostram uma melhor eficiência nas políticas públicas habitacionais implantadas no Vale do Paraíba.

A falta de moradia, classificada como déficit, tem indicador menor do que a inadequação da habitação. Esse dado revela uma pauperização das condições habitacionais da população do Vale do Paraíba.

As habitações inadequadas são as moradias que precisam de reformas para atingir padrões mínimos de habitabilidade ou as moradias de aluguel que comprometem mais de 30% da renda familiar com a mensalidade.

A CDHU desenvolve seus programas para suprir o déficit e a inadequação, mas na análise da fala dos moradores do conjunto Esplanada Sta. Terezinha, as moradias construídas pela mesma, de 40 m², não atendiam os padrões de habitabilidade exigidos para uma família com três filhos.

Os moradores foram obrigados a reformar a moradia, para terem resguardada a privacidade. Ficou evidente que a prioridade da companhia é a quantidade e que a qualidade é um elemento secundário, ou que, ao menos, ela está subsumida pelo imperativo da área construída e definida como apropriada às moradias populares. Esse critério permite afirmar que os programas analisados desenvolvem um processo de inclusão e exclusão social simultaneamente.

A companhia inclui os sujeitos nos programas habitacionais, oferecendo um financiamento a longo prazo com parcelas proporcionais à renda familiar. Nesse sentido, o sujeito que tem renda passa a usufruir da política pública e sai da classificação do déficit.

Por outro lado, os programas excluem os sujeitos que não têm renda e, portanto, não têm acesso ao financiamento. E exclui os contemplados, pois não foi verificada uma política de gerenciamento pós-construção dos conjuntos. Fica, aos assistidos, a incumbência de conservar e reformar a habitação financiada pela companhia, produzindo um custo social aos moradores do conjunto.

O custo social traduz-se, sobretudo, na sujeição dos assistidos em morar em um lugar discriminado. A população que não consegue arcar com os custos das despesas básicas de sobrevivência, forma um bolsão de pobreza circunscrito pelo conjunto habitacional. Essas pessoas vivenciam o que Paugam (1991) denominou “pobreza desqualificante”, ou seja, “pouco a pouco” esses assistidos acumulam perdas que perpassam pelo emprego, pela ausência de assistência pública e pela fragilidade dos vínculos sociais. Tal acúmulo de perdas engendra uma pauperização do lugar e fomenta uma imagem estereotipada do conjunto.

Nesse sentido, os assistidos do conjunto habitacional Esplanada Santa Terezinha foram incluídos/excluídos do programa público de habitação. Houve uma redução do déficit habitacional através das construções, mas empurrou-se o contingente assistido para a classificação da inadequação habitacional.

O dado substancial é que a população assistida possui um status social diferenciado, produzido internamente no conjunto. A auto-diferenciação deu-se pela forma de classificação do bairro que os assistidos desenvolveram. Tal forma, em escala macro social, foi produzida pelas necessidades urbanas da modernidade. Uma conjunção de fatores ligados aos equipamentos urbanos x as necessidades produtivas.

Os assistidos classificaram o bairro pelos aspectos concretos que propiciaram aos mesmos a percepção que o bairro é bom. Porém, no que tange aos aspectos da sociabilidade (LOPES, 2001) classificaram o bairro utilizando como referência à conduta moral.

Através dessas duas formas de classificação foi percebido que a opinião crítica dos assistidos foi sucumbida pela realização. Ou seja, a assistência habitacional que receberam (pagaram por ela), retirou os mesmos da situação do aluguel (inadequação habitacional), mas os incluiu novamente na inadequação habitacional, quando as moradias

construídas não atendem os padrões de habitabilidade. Ocorre que esse processo é velado.

A companhia utiliza-se da aspiração popular para efetivar o programa e os assistidos, seduzidos pela condição da casa própria, não percebem os mecanismos implícitos nos programas, que os deslocaram para as habitações inadequadas. Nesse sentido, deixam de serem protagonista para serem figurino das estratégias dos órgãos públicos.

Conclusão

Portanto, as duas categorias (déficit e inadequação), estabelecidas pelo Fórum São Paulo Século XXI (ASSEMBLÉIA, 2000), permitem afirmar que o órgão público reduz o déficit e não a inadequação habitacional.

Nesse processo, verificou-se que o programa habitacional da CDHU produz:

- um fomento à segregação espacial, produzido ora pela condição de assistência do mutuário, ora pela estrutura da moradia;
- os programas habitacionais são anacrônicos, produzidos pelo descompasso entre demanda real e efetivação do programa;
- favorece em 'pequena medida' o mercado imobiliário, pois o contingente de reserva das políticas públicas habitacionais, no aguardo da implementação do novo programa de moradia popular, encontraram como principal alternativa, em Taubaté, a moradia de aluguel.

Esses três elementos do programa reforçam a análise acima, em que a inadequação é produzida pela condição da pobreza desqualificante, intra e extra conjunto habitacional. A CDHU desenvolve um processo de inclusão/exclusão social (SPOSATI, 1999), quantitativamente, diminuiu o déficit habitacional, mas, qualitativamente, empurrou o contingente assistido para a inadequação habitacional.

Outro aspecto subjacente ao programa da Companhia é a objetivação das nuances das trincheiras espaciais simbólicas, quando foram identificados os seguintes fatores: a desqualificação do conjunto produzida ora pelos moradores internos, ora pelos vizinhos; a segregação espacial produzida pelos aspectos ligados à condição da assistência dos mutuários e pela pauperização das edificações do conjunto.

As trincheiras espaciais simbólicas podem ser percebidas na imagem fragmentada do conjunto habitacional. Os moradores gostam do bairro pelos aspectos concretos, mas não há uma sociabilidade entre

vizinhos, a rede de relações formada no bairro não propiciou a construção de uma identidade do local.

Portanto, surgiu uma necessidade de se auto-diferenciarem e incorporarem status diferentes. Cada bloco, no imaginário da população pesquisada, apropria-se de estereótipos, ora gerados pelos próprios moradores, ora gerados pelos moradores do entorno. Classificar o bairro como bom, por seus aspectos concretos, torna-se a negação da condição de pertencer ao bairro. O bairro torna-se um elemento do qual o morador faz “parte”, pois mora nele, mas não vive nele (não se identifica com ele), por isso ele é bom, por oferecer os equipamentos urbanos que precisa.

Quanto à sociabilidade que o bairro apresenta, o juízo de valor moral dos entrevistados denuncia-o como um lugar estigmatizado e pauperizado, quando: atribui-se a responsabilidade dos furtos aos moradores do conjunto; consideram que os critérios para o recebimento da habitação têm que incluir o clivo da conduta moral, e não, um critério sócio-econômico.

Existe, portanto, uma rede de relações no bairro, mas há uma fragilidade nos vínculos de vizinhança e uma propagação distorcida da imagem do bairro. Essa imagem estereotipada, produzida no antagonismo do espaço que os caracterizam, manifesta-se objetivamente no comportamento dos sujeitos, quando: vão procurar trabalho, freqüentam a escola, entram no supermercado, estão andando de ônibus, têm receio de falar onde moram, etc.

Nas sutilezas do comportamento dos moradores do conjunto e do entorno, o preconceito, a degradação habitacional e a pauperização social corporificam-se, assumem uma forma e são, esses, mecanismos de objetivação de uma imagem carregada negativamente, com as questões sociais que formam as trincheiras espaciais simbólicas.

No antagonismo do espaço e na contradição interna das políticas públicas de habitação, no cotidiano dos assistidos, são produzidas as trincheiras espaciais simbólicas, configuradas pelas tensões de vizinhança, edificações antagônicas e a dissolvência do direito de cidadania.

Por ora, importa enfatizar que a efetivação dos programas habitacionais vigentes no Esplanada Sta. Terezinha explicitaram um deslocamento da demanda assistida, antes inclusas no déficit e na inadequação e, posteriormente, inclusas somente na inadequação habitacional.

Em função da dinâmica do programa da CDHU, os assistidos vivenciam a desqualificação social, a segregação espacial e a

pauperização do lugar, elementos que compõe a representação das trincheiras espaciais simbólicas, gerando um custo social para os mesmos.